



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Requerimento de Informação n° 306/2026

Processo Número: **25644/2026** | Data do Protocolo: 08/07/2026 16:09:09



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3200380034003200350036003A004300, Documento assinado digitalmente conforme
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nos termos do artigo 20, inciso XVI da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 da Consolidação do Regimento Interno, requero que seja oficiado a Secretaria de Gestão e Governo Digital, na figura de seu Secretário, Sr. Caio Paes de Andrade, para que preste informações detalhadas acerca (i) da situação orçamentária e estrutural do Iamspe (Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual) e do Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE), diante de apontamentos do Ministério Público sobre precarização do atendimento por insuficiência de repasses estaduais; e (ii) das condições de trabalho e da jornada dos médicos residentes do HSPE, diante de denúncias de descumprimento dos limites legais de carga horária. Dessa forma, questiono:

QUANTO À SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E À PRECARIZAÇÃO DO ATENDIMENTO NO IAMSPE/HSPE

1. Quais as razões para a redução do percentual de repasse do Tesouro Estadual ao Iamspe, que caiu de 28% das receitas do instituto em 2020 para 11% previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, conforme apontado em ofícios do Ministério Público de São Paulo?
2. Há previsão de revisão da LOA de 2026 ou de suplementação orçamentária para restabelecer o repasse estadual ao Iamspe em patamar compatível com os exercícios anteriores a 2021?
3. Quais medidas concretas vêm sendo adotadas para sanar as dificuldades de atualização de equipamentos e de reposição de pessoal no Hospital do Servidor Público Estadual, apontadas pela Promotoria como decorrentes da insuficiência de recursos?
4. Qual o status atual, individualizado por edital, dos 18 processos de contratação de hospitais e clínicas mencionados pela Secretaria/Iamspe em resposta ao Ministério Público? Quantos já foram concluídos, quantos permanecem em aberto e quais regiões do Estado serão efetivamente beneficiadas?
5. Há perspectiva de retomada do convênio com a Santa Casa de Araçatuba, ou de contratação de unidade equivalente, tendo em vista que o município está sem atendimento hospitalar pelo plano desde o rompimento do contrato em 2019?
6. Quais providências estão sendo adotadas para reduzir os prazos de espera relatados, de 30 a 90 dias para exames em regiões como São José do Rio Preto, e o deslocamento de usuários por mais de 100 quilômetros para procedimentos como colonoscopia?





7. Existe política de reajuste para a rede credenciada do Iamspe, considerando o alerta da Promotoria de que a ausência de reajustes tem motivado pedidos de desc credenciamento e agravado as filas de atendimento?

QUANTO ÀS JORNADAS DE TRABALHO DOS MÉDICOS RESIDENTES DO HSPE

8. Quais medidas foram adotadas pelo Iamspe para apurar as denúncias de que médicos residentes do HSPE cumprem jornadas de até 90 horas semanais, em desacordo com o limite de 60 horas estabelecido pela Lei federal nº 6.932/1981?
9. O HSPE possui sistema de registro de ponto para os médicos residentes? Em caso negativo, há previsão de implementação de mecanismo efetivo de controle de jornada?
10. Quais foram as conclusões da fiscalização realizada pelo Cerem (Conselho Estadual de Residência Médica) no HSPE em decorrência da denúncia apresentada ao CNRM (Conselho Nacional de Residência Médica), protocolada em 13 de março de 2026?
11. Quais os fundamentos técnicos que embasaram o arquivamento do processo administrativo da denúncia pela Câmara Técnica do CNRM?
12. Qual o número de vagas de residência médica oferecidas pelo HSPE nos últimos três processos seletivos, discriminado por especialidade, e o número de desistências registradas em cada período, com as respectivas razões apontadas pelos residentes desistentes?
13. Quais medidas de suporte à saúde mental estão disponíveis para os médicos residentes do HSPE, tendo em vista relatos de quadros de depressão e ansiedade associados à sobrecarga de trabalho?
14. Há plano de contratação ou reposição do quadro médico assistencial do HSPE, de modo a reduzir a sobrecarga sobre os residentes, apontada pelo Sindicato dos Médicos de São Paulo como fator estrutural do problema?

JUSTIFICATIVA

Reportagens publicadas pela Folha de S.Paulo em 10 de dezembro de 2025 e em 8 de junho de 2026 revelam um quadro preocupante de precarização no âmbito do





Iamspe e do Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE), responsável pela assistência à saúde de servidores estaduais paulistas, entre eles agentes das polícias Civil e Militar, professores e servidores da Alesp, além de aposentados, dependentes e agregados.

Segundo ofícios do Ministério Público do Estado de São Paulo obtidos pela reportagem, a promotora Dora Strilicherk afirma que o governo estadual tem se omitido quanto à manutenção do instituto, o que estaria inviabilizando a prestação de serviço de saúde digna e integral no HSPE e na rede credenciada. Os documentos apontam que o repasse do Tesouro Estadual ao Iamspe caiu de 28% das receitas do instituto em 2020 para apenas 11% previstos na LOA de 2026, redução de 17% no aporte entre os dois exercícios, fazendo com que o instituto dependa cada vez mais da contribuição dos próprios servidores para seu custeio.

As consequências práticas dessa precarização já são sentidas pelos beneficiários: no interior do Estado, há filas de 30 a 90 dias para exames, e usuários de regiões como Araçatuba precisam se deslocar por mais de 100 quilômetros para procedimentos básicos, como colonoscopias, desde o rompimento do convênio com a Santa Casa local em 2019. Na capital, o Ministério Público aponta que o próprio HSPE, hospital de alta complexidade, não consegue atualizar equipamentos nem repor pessoal por falta de recursos.

Paralelamente, reportagem publicada em 8 de junho de 2026 revela que médicos residentes do HSPE denunciaram ao CNRM, órgão do MEC, o cumprimento de jornadas de até 90 horas semanais - acima do limite de 60 horas fixado pela Lei federal nº 6.932/1981-, com plantões de 12 horas sem pausa para alimentação ou hidratação e sem registro de ponto. Segundo os relatos colhidos sob anonimato, colegas desistiram da residência e outros desenvolveram quadros de depressão e ansiedade em razão da sobrecarga, que, segundo os próprios médicos, também coloca pacientes em risco. O presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo atribui o problema à dificuldade do hospital em repor seus quadros assistenciais, fazendo com que residentes assumam responsabilidades que deveriam ser supervisionadas.

Diante da gravidade dos fatos narrados - que envolvem tanto o direito constitucional à saúde de milhares de servidores públicos estaduais quanto a integridade física e psicológica de médicos em formação - e considerando o dever constitucional de prestação de contas do Poder Executivo perante esta Casa Legislativa, apresento o presente Requerimento de Informação, na expectativa de que seja prontamente atendido.

Monica Seixas do Movimento Pretas



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3300300031003300320030003A005000

Assinado eletronicamente por **Monica Seixas do Movimento Pretas** em 08/07/2026 16:04

Checksum: **D675E48D1B2B2034912AEC1DB1CFAA14E547AB82FAC6E459D7160A485DF798F9**



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3300300031003300320030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.